

EDUCAÇÃO E TRABALHO; RAÇA E CLASSE NO PENSAMENTO DE UM INTELLECTUAL NEGRO: MANUEL QUERINO – BAHIA (1870-1920)

EDUCATION AND WORK; RACE AND CLASS IN THE THINKING OF A BLACK INTELLECTUAL:
MANUEL QUERINO - BAHIA (1870-1920)

EDUCACIÓN Y TRABAJO; RAZA Y CLASE EN EL PENSAMIENTO DE UN INTELLECTUAL NEGRO:
MANUEL QUERINO - BAHÍA (1870-1920)

Maria das Graças de Andrade Leal

Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, BA, Brasil. E-mail: gal.leal@yahoo.com.br

Resumo: Na perspectiva da história social da educação, tomando as trajetórias de intelectuais e educadores negros como percurso metodológico, discuto os temas da educação e do trabalho presentes na obra do intelectual e educador afro-baiano Manuel Querino (1851-1923). Os seus livros *As artes na Bahia* e *artistas bahianos*, publicados em 1909, e outros acervos documentais são utilizados como fontes deste estudo, a partir dos quais apresento e relaciono, de forma diacrônica, as suas reflexões sobre os des-caminhos de escolarização adotados pelos poderes públicos para as classes populares, nos contextos das duas últimas décadas da monarquia escravista e do pós-abolição, que resultaram na exclusão de talentos negros e mestiços dos meios escolares e produtivos, cujos reflexos alcançam o tempo presente.

Palavras-chave: trajetória intelectual; educação profissional; república e pós-abolição; classes populares.

Abstract: From the perspective of the social history of education, taking the trajectories of black intellectuals and educators as a methodological path, I discuss the themes of education and work present in the work of the Afro-Bahian intellectual and educator Manuel Querino (1851-1923). His books *As artes na Bahia* e *artistas bahianos*, published in 1909, and other documentary collections are used as sources of this study, from which I present and list, in a diachronic manner, his reflections on the schooling paths adopted by public powers for the popular classes, in the contexts of the last two decades of the slave monarchy and post-abolition, which resulted in the exclusion of black and mestizo talents from school and productive environments, whose reflexes reach the present time.

Keywords: intellectual trajectory; professional education; republic and post-abolition; popular classes.

Resumen: Desde la perspectiva de la historia social de la educación, tomando las trayectorias de los intelectuales y educadores negros como un camino metodológico, discuto los temas de la educación y el trabajo presentes en el trabajo del intelectual y educador afro bahiano Manuel Querino (1851-1923). Sus libros *As artes na Bahia* e *artistas bahianos*, publicados en 1909, y otras colecciones documentales se utilizan como fuentes de este estudio, del cual presento y enumero, de manera diacrónica, sus reflexiones sobre los caminos escolares adoptados por poderes públicos para las clases populares, en el contexto de las últimas dos décadas de la esclavitud y la monarquía y posterior abolición, lo que resultó en la exclusión de los talentos negros y mestizos de la escuela y los medios productivos, cuyos reflejos alcanzan el tiempo presente.

Palabras clave: trayectoria intelectual; educación profesional; república y post-abolición; clases populares.

INTRODUÇÃO

Na perspectiva da história social da educação, a partir das trajetórias de intelectuais e educadores negros, discuto os temas da educação e do trabalho presentes na obra do intelectual e educador negro Manuel Querino (1851-1923)¹, apresentando o que pensou, criticou e sugeriu sobre os destinos educacionais e sociais de negros e mestiços nos contextos das duas últimas décadas da monarquia (1870-1880) e do pós-abolição, situado nas três primeiras décadas da República no Brasil e na Bahia (1890-1920). Seus livros *As artes na Bahia* e *artistas bahianos*, publicados em 1909, e outros acervos documentais são utilizados como fontes deste estudo², a partir dos quais relaciono, de forma diacrônica, as suas reflexões em torno da defesa da educação popular, como estratégia político-social de emancipação da população trabalhadora, ao contexto da época em que viveu. Dessa forma, destacam-se as críticas que elaborou sobre os des-caminhos de escolarização das classes populares adotados pelos poderes públicos, que resultaram na exclusão de talentos negros e mestiços dos meios escolares e produtivos, com a consequente expansão da pobreza, cujos reflexos alcançam o tempo presente.

Trajetórias de intelectuais e pensamento social são campos de estudos que se articulam às áreas da história e da história da educação e tornaram-se, nos últimos anos, uma linha de investigação consolidada, com pesquisas significativas que revelam forte dinâmica e alteração de perspectivas. São resultados das incursões metodológicas e teóricas dos últimos 30 anos, em que novos problemas, novas fontes, metodologias e narrativas vêm estimulando a ampliação da experimentação historiográfica e reflexão sobre os territórios e deslocamentos da Nova História Social e Cultural, sob influência de teses de autores como Hobsbawm (1987, 1998, 2000), E. Thompson (1981, 1987), Le Goff (1986), C. Ginzburg (1989a, 1987), F. Dosse (1994), C. Geertz (1978), P. Burke (1992). Na perspectiva da denominada ‘história vista de baixo’ e à maneira da micro-história italiana, novas abordagens e temas privilegiam trajetórias de ‘pessoas comuns’ em suas experiências, através do diálogo entre a conceitualização e a confrontação empírica (Thompson, 1981). Para Thompson, resgatar o pobre descalço, o tecelão do tear manual ‘obsoleto’, o artesão ‘utopista’ (Thompson, 1987), significa retirar do gueto a massa da população e

¹ Manuel Raymundo Querino, afro-baiano, nascido em Santo Amaro da Purificação em 28 de julho de 1851, trabalhador manual, artista, desenhista, funcionário público, professor, pesquisador, escritor, foi uma destacada liderança operária na Monarquia, quando militou no trabalhismo, criando a Liga Operária Bahiana, e, na República, fundando o Partido Operário, a partir do qual foi conduzido ao Conselho Municipal, assumindo o cargo de Conselheiro por duas legislaturas (1891-1892 e 1897-1899). Desligou-se da política partidária e iniciou outra militância ao dedicar-se ao magistério e à produção de uma obra historiográfica, etnográfica, antropológica, política. Pelo trabalho intelectual, Querino se consolidou na sociedade baiana, garantindo prestígio nos meios intelectual e operário. Morreu em Salvador no dia 14 de fevereiro de 1923. Sobre a biografia de Manuel Querino (Leal, 2009).

² Para a utilização de fontes na pesquisa histórica, ver Pinsky (2005); Pinsky e Luca (2009).

incluí-la na memória nacional, considerando as experiências de pessoas que viveram suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades, interesses e antagonismos, e trataram essa experiência na consciência e na cultura de forma complexa e mais ou menos autônoma.

Por sua vez, utilizando-se do método da micro-história, cujas lentes de observação concentram-se na análise verticalizada, pela redução de escala ao nível dos detalhes sobre uma unidade recortada e potente em informações, antes invisíveis nas macroanálises (Ginzburg, 1989b, 2006), as trajetórias de indivíduos, na perspectiva do método biográfico, são caminhos que produzem resultados significativos para a revisão de parâmetros relativos aos intelectuais na história. Especialmente em se tratando de estudos históricos de intelectuais negros como pensadores e produtores de conhecimentos a partir das suas origens de classe e raça, cuja lacuna ainda está presente nos estudos da história e história da educação das populações negras no Brasil e na Bahia³.

O intelectual e educador negro, categoria analítica adotada para compreender Manuel Querino no campo da trajetória de intelectuais e do pensamento social e educacional, caracteriza-se em chave analítica que considera, a partir de sua experiência negra, seu engajamento político e atuação em diferentes redes de sociabilidade. No percurso de pesquisador atento às transformações que experimentou ao longo dos debates e lutas pelo fim da escravidão e da monarquia, elaborou conhecimentos e intermediou debates sobre temas que elegeu para discutir e divulgar conhecimentos nos campos da etnografia africana, antropologia, política, sociedade, cultura, história, arte, culinária, religião, educação, mediante o pensamento crítico sobre a sociedade de seu tempo na Bahia⁴.

Também, considerando a marca histórica de Manuel Querino, a dimensão do educador se constitui em uma das facetas a serem conhecidas, ao levantar questões sobre a inclusão cidadã e emancipação social das populações negras através da escolarização no contexto do pós-abolição, presentes em sua obra. Esta, por sua vez, está aqui utilizada como fonte para os estudos da história da educação, por exemplo, por ser considerada a elaboração de um pensamento crítico que merece ser visibilizado, tendo em vista ser um intelectual ainda incógnito na historiografia da educação⁵.

Com o propósito de discutir o tema da educação, estão apresentadas as questões que levantou sobre os debates públicos relativos à educação popular, sobre

³ Sobre história intelectual e intelectuais negros no Brasil e na Bahia, entre outras referências, ver: Foucault (1979); Carvalho (2006); Silva (2010); Rocha e Flores (2015); Santos (2011).

⁴ Estudos recentes, produtos de pesquisas, dissertações e teses, que discutem a perspectiva intelectual de Manuel Querino, estão disponíveis em: Guimarães (2004); Leal (2009); Freire (2010); Schueler (2013); Gledhill (2014); Pereira (2016).

⁵ Algumas reflexões foram apresentadas por Schuler (2013).

os quais Querino associa a situação de penúria sofrida por artistas e operários ao desprezo institucional no investimento aos talentos locais, negros e mestiços. Criticou com veemência as políticas relativas à formação educacional das populações negras e pobres, as quais compunham a grande parte das classes trabalhadoras e populares, pela inexistência de meios de acesso ao ensino público. Afinal, os debates sobre ensino público e educação popular estiveram presentes desde a implantação da independência no Brasil e estenderam-se nos discursos republicanos, sem soluções práticas. Para Querino, a escola deveria ser o principal instrumento emancipatório e de qualificação de trabalhadores. Contudo, verificou ser o desinteresse do Estado para garantir escola para todos o fator preponderante que culminou na dificuldade de ingresso dessas populações no mercado de trabalho, resultando no crescente processo de empobrecimento, bem como na falta de reconhecimento de seus talentos e inteligências. Ou seja, tais fatores foram impeditivos para as populações que haviam experimentado os contextos da escravidão e da promessa republicana em, efetivamente, ingressarem no ‘reino da liberdade’, no mundo da ‘civilização’ e do ‘progresso’.

Como artista e intelectual negro, esteve comprometido com os valores culturais e políticos das classes artísticas e operárias, assim definidas como aquelas compostas por trabalhadores manuais, negros e pobres. Nesta categoria, estavam incluídos tanto os artistas que atuavam nas belas artes, como aqueles ligados à produção das artes obreiras que requeriam maior esforço físico. Neste sentido eram denominados artífices, artesãos ou operários, caracterizados como povo trabalhador e classificados entre as ‘classes menos favorecidas da fortuna’, ou classes populares⁶.

Portanto, a preocupação de Querino para com artistas e operários da sua geração vincula-se ao trabalhador qualificado do passado escravista, que reunia perfeição, criação e habilidade no ofício que executava. Assim, o pós-abolição na Bahia, situado na recém implantada República, apresentava, para o autor, uma ameaça aos talentos locais, especialmente pela falta de oportunidades educacionais que potencializassem os méritos de tantos trabalhadores que contribuíam para a construção da nação.

O baiano Manuel Querino revela essa experiência de negro de origem operária e de quem conseguiu alcançar o lugar de intelectual, por ter aperfeiçoado seus talentos e cultivado as suas artes. Inter-relacionou-se com os universos da cultura popular, nos campos de lutas cotidianas estabelecidas nas ruas, terreiros de candomblé, associações artísticas e operárias, nos botequins, e da cultura erudita,

⁶ Segundo a documentação pesquisada relativa a Salvador do século XIX, as denominações de artista e operário eram utilizadas e se confundiam em um único conceito: trabalhadores manuais e braçais atuantes nos ofícios manuais ligados à marcenaria, construção civil, naval, etc. Ver Leal (1996); Silva (1998). Segundo alguns dicionaristas, o artífice é um operário ou oficial que exerce algum ofício manual ou arte mecânica. Grande enciclopedia portuguesa e brasileira (n.d.); Corona e Lemos (1972).

nos espaços das instituições políticas – partidos e Conselho Municipal -, e nos círculos de letrados - academias, Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, Colégios. Diplomou-se desenhista pela então Academia de Belas Artes e atuou em duas áreas afins: no magistério, como professor de desenho para as classes populares, e no funcionalismo público, na antiga Repartição de Obras Públicas. Além da sua profissão de artista, desenvolveu atividades intelectuais no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, de onde divulgou a sua obra sobre tradições culturais da Bahia colonial, imperial e republicana, africanos e descendentes como protagonistas da formação da identidade brasileira.

No campo das artes, Querino, além de ter realizado trabalhos de pintura decorativa e, provavelmente, pintura de cavalete, elaborou o estudo ‘Modelos de casas escolares adaptadas ao clima do Brasil’ para o Congresso Pedagógico do Rio de Janeiro em 1883 e produziu dois estudos didáticos para o ensino de desenho. Foram as primeiras elaborações intelectuais que dedicou à arte na Bahia⁷. Outras se seguiram na perspectiva histórica, o que lhe garantiu o lugar de pioneiro da historiografia da arte. Como historiador da arte (Nunes, 2007), deixou registrado seu testemunho em artigos, depois reunidos em dois livros, *As artes na Bahia* e *artistas bahianos*⁸. Baseando-se na memória, estudos e pesquisas empíricas, além de utilizar-se da oralidade, Querino legou uma obra que ainda hoje é importante fonte de informações para os estudiosos e interessados.

Comprometido com os destinos das populações negras, dedicou seu trabalho em defesa da arte e de artistas e operários sepultados na memória republicana. No Prólogo de *Artistas bahianos*, Torquato Bahia⁹ escreveu sobre a persistência e “[...] a independência de espírito do autor [...]”, validando o trabalho produzido por quem não se conformava com o lamentável estado das artes na Bahia, por ser, aquele livro, um “[...] repositório de informações verídicas [...]”, que expressava a sua luta por um ideal (Querino, 1909a, p. I/IV).

⁷ O primeiro, *Desenho linear das classes elementares* (1903), e o segundo, *Elementos de desenho geométrico – compreendendo noções de perspectiva linear, teoria da sombra e da luz, projeções e arquitetura* (1911/1912). Sobre as duas obras didáticas que produziu para os seus alunos, Athayde Pereira informou terem sido “[...] aprovadas pelo Conselho de Instrução Municipal e levadas à Exposição Nacional no Rio, em 1908, conseguindo por todas elas recompensas de mérito”. Ver Pereira (1932, p. 5).

⁸ *As artes na Bahia (escorço de uma contribuição histórica)* teve a sua primeira edição em 1909 e a segunda em 1913. A primeira reuniu artigos publicados no jornal *Diário de Notícias* entre 1908 e 1909 sob o título *Contribuição para a História das Artes na Bahia*. Teve sua segunda edição ampliada e publicada em 1913 pelas Oficinas do Diário da Bahia, em que foram reunidos os mesmos artigos da anterior com acréscimos de outros publicados no *Jornal de Notícias* durante os anos de 1908-1909. *Artistas bahianos: indicações biográficas*, também teve a sua primeira edição em 1909, publicada pela Imprensa Nacional, e a segunda em 1911 pela Oficina da Empresa ‘A Bahia’.

⁹ Foi professor de português, presidente da Congregação, presidente da Assembleia e sócio benemérito no Liceu de Artes Ofícios da Bahia.

A experiência de trabalhador, artista e educador garantiu a Manuel Querino requisitos indiscutíveis para tratar, em sua escritura, sobre a situação das artes, da educação e dos artistas e operários no novo regime que pretendia civilização e progresso. Por outro lado, a prática profissional de professor das classes populares contribuiu para suas reflexões sobre a educação na Bahia imperial e republicana. Foi ensinando desenho industrial no Colégio dos Órfãos de São Joaquim, fundado em 1799, e no Liceu de Artes e Ofícios da Bahia (1872)¹⁰, principais centros difusores de conhecimentos artístico-profissionais destinados à população pobre, que produziu trabalhos didáticos sobre desenho linear e geométrico (*Desenho linear das classes elementares: manual didático* - 1903 e *Elementos de desenho geométrico* - 1911). Estes trabalhos podem ser considerados precursores do que atualmente conhecemos por *design*.

EDUCAÇÃO POPULAR: UM HORIZONTE DE ESPERA DA 'CIVILIZAÇÃO' E DO 'PROGRESSO'

Desde a crise que se instalou entre os anos de 1870 e 1880 em torno da política imperial, do trabalho escravo, da economia açucareira e seus reflexos políticos e sociais, especialmente entre as classes trabalhadoras, houve uma motivação para a adoção de medidas liberais a partir de novas concepções, sobre as quais o progresso, a técnica e o capital permeavam a ideia de salvação nacional.

Ideias liberais e cientificistas, defendidas pela elite letrada, de visão progressista, influenciaram, de algum modo, na busca por alternativas que incluíssem a Bahia ao projeto de modernização já iniciado no sudeste brasileiro. Naquele ambiente, as camadas pobres, negras e vulneráveis da sociedade, integradas ao mundo do trabalho urbano, dedicadas, especificamente, às profissões manuais e à prestação de serviços avulsos, ensaiaram momentos de expectativa em torno da possibilidade de reverter o quadro de opressão, submissão e exclusão, na medida em que o Estado abria espaço para a participação popular em instituições antes destinadas, exclusivamente, às elites brancas, a exemplo da escola¹¹.

¹⁰ Sobre a história da Casa Pia ver Matta (1999). Em artigo sobre o Colégio de São Joaquim, Querino descreve sobre a sua função não apenas de atender a infância desvalida, mas de atender alunos externos mediante uma módica contribuição, como candidatos a cursos superiores até a fundação do antigo Liceu Provincial em 1832. Muitos que passaram pelo Colégio São Joaquim foram estudar em Portugal ou França diplomando-se em medicina, letras, ciências jurídicas e passaram a exercer altas funções sociais como os barões de Pirajá, Alagoinhas e o de Santiago, entre outros (Querino, 1946). Sobre a história do Liceu de Artes e Ofícios da Bahia ver Leal (1996).

¹¹ No capítulo 23 da primeira Constituição brasileira outorgada em 1824 por dom Pedro I, estava previsto o incremento da instrução primária gratuita a todos os cidadãos, cujo projeto previa a criação de escolas de primeiras letras nas cidades do país. Excluídos os escravos, negros livres poderiam frequentar a escola. Contudo, ao longo do período monárquico, o acesso e permanência de pessoas negras na escola

Na esteira do abolicionismo e republicanismo, a ideia de uma ‘educação popular’ permeou os discursos públicos e políticos. Para Kulesza (2000, p. 1), “[...] a generalização do uso da expressão educação popular como educação do povo marchou *pari passu* com a consolidação da república no Brasil, já a partir de 1870 [...] e marcou a ideologia da educação brasileira pelo menos até os anos 40 de nosso século”. Barros (2005), ao estudar a presença da população negra nas escolas de São Paulo entre os séculos XIX e XX, verifica que, apesar de parte dos negros acessarem a escolarização, dificuldades de ingresso e permanência faziam parte do cotidiano deste grupo, diante das crescentes exigências impostas pelas instituições escolares como “[...] ter de provar que eram livres, durante a vigência da escravidão [...], falta de ‘vestimentas adequadas’, ausência de um adulto responsável para realizar a matrícula, dificuldades para adquirir material escolar e merenda” (Barros, 2005, p. 85, grifo do autor). Tais empecilhos permaneceram vigentes no século XX, enquanto se discutia sobre a importância de expansão da educação popular, com ênfase na formação de cidadãos para a disciplina, a ordem e o progresso.

Cumpria às elites, através de uma educação pública, formar os cidadãos da nova república recrutados entre a massa de homens livres para o trabalho produtivo. Com a pequena mudança técnica operada na esfera da produção, ao menos até o fim da Primeira República, que continuou ainda fortemente concentrada no setor agrícola, mais do que formar o trabalhador rural, tratava-se de formar o eleitor dentre a população urbana (Kulesza, 2000, p. 3).

Segundo Menezes (2002, p. 1), a vasta literatura relativa ao “[...] acesso à educação como marcador da desigualdade racial no Brasil [...]” permite compreender sobre o que Querino visualizou na sua época. No seu artigo, Menezes analisa, a partir dos Censos Demográficos de 1872, 1940 e 1950, a “[...] dimensão da exclusão e da lentidão do processo de inclusão dos negros à cidadania brasileira” (Menezes, 2002, p. 1) no pós-abolição, ao demonstrar “[...] como se deu, no Brasil e na Bahia, a incorporação dos diversos contingentes populacionais à escolarização e, mais ainda, à cidadania - tendo em vista a escolha da alfabetização como critério para a qualificação do eleitor desde 1881 até 1986” (Menezes, 2002, p. 1).

Ao longo da segunda metade do século XIX, no Brasil, generalizou-se a discussão em se estender a escolarização às classes artísticas e operárias. Tratava-se de uma necessidade posta pela política civilizatória que objetivava modernização e progresso. Na Bahia, esse debate foi incluído na pauta das preocupações da então Instrução Pública, como bem demonstrou esta correspondência do inspetor geral

tornaram-se impeditivos em função da situação de pobreza em que viviam, permanecendo o acesso às letras fator de distinção em relação aos brancos. Ver Nunes (1999) e Barros (2005).

das Aulas, ao considerar ser o maior cometimento da época, na área da instrução, a criação de escolas noturnas para adultos.

O país antes de tudo precisa de espírito público, do que se chama opinião, e para isto necessitamos ter cidadãos. A aspiração do século é o nivelamento social, a igualdade de todos, fazendo de cada povo uma família; e a ignorância há de ser sempre inferior ao saber do mesmo modo que a noite é em relação ao dia.

[...] Veremos gradualmente nossos concidadãos entrarem no conhecimento de seus direitos e deveres; desaparecerão os autômatos, sem vontade própria, inscientes de sua soberania, e alheios à marcha dos negócios públicos; não teremos mais os mandões de aldeia, os senhores feudais, que ainda hoje exercem por aí a fora a mais tirânica prepotência; conseguiremos enfim homens senão ilustrados, ao menos com estado de pensarem por si, com imparcialidade, com discernimento, pois que de analfabetos a sociedade nada pode esperar. Daí o aparecimento do espírito público, da opinião, da qual até hoje são com razão excluídas as criaturas sem imputabilidade, visto como o ignorante é igual ao menino insciente do perigo como do mal fácil e susceptível a ser o instrumento de perversos, incapaz enfim de conhecer e cultivar as grandes qualidades do coração e do espírito (Arquivo Público do Estado da Bahia [APEB], 1872).

Visando acompanhar a ‘marcha do progresso’, o Império brasileiro desenvolveu uma política de criação de Liceus de Artes e Ofícios nas principais capitais, a fim de aplicar o ensino industrial dirigido às classes artísticas e operárias¹². O objetivo era de instruir trabalhadores nas artes úteis, numa conjuntura de urbanização vinculada à liberação progressiva da força de trabalho escravo. Pretendia-se, desta forma, segundo a ideologia liberal, reunir dois aspectos importantes para a ordem social, política e econômica anunciada pelo fim do cativo: compelir a população livre e negra ao trabalho, como forma de reprimir a ociosidade, corrigir infratores, prevenir as lutas de classes, bem como de educá-la para aprender a viver em liberdade.

[...] o maior adversário do homem é a ignorância, dela deriva-se as más intenções, os crimes, o desacerto no caminho que deve seguir em todos os negócios quer civis ou políticos de seu País, do conhecimento de seus deveres como cidadão e de todos estes males, surge um grande perigo social (Primeiro relatório do Lyceu de Artes e Officios da Bahia, 1873, p. 1).

¹² No Rio de Janeiro foi criado o primeiro Liceu de Artes e Ofícios (1858). A este Liceu, seguiram-se, nos anos de 1870, os da Bahia, em Salvador (1872), e de São Paulo (1873). Na década de 1880 foram criados em Recife (1880), Maceió (1884) e Ouro Preto (1886).

A redenção do trabalho, enquanto discurso, compunha o repertório das elites políticas e intelectuais para ser aceito e assimilado como qualidade moral e prestígio para os trabalhadores, enquanto ideologia disciplinadora que garantiria a ordem social. Afinal, a força de trabalho livre urbana tornava-se majoritária e a questão dos destinos da mão de obra produtiva e presente na constituição de uma sociedade livre das correntes da escravidão, era uma questão a ser resolvida.

O impedimento do Brasil em atingir o mundo da ‘civilização’ e do ‘progresso’ era justificado pela precariedade do sistema educacional. Através de um raciocínio analógico, a intelectualidade acreditava que a sociedade brasileira alcançaria o nível das nações urbano-industriais ao adotar mudanças quantitativas e qualitativas no sistema educacional. Rui Barbosa (1882) dizia ser a falta de um ensino profissional a causa da não industrialização do país, responsável, por sua vez, pela pobreza cultural. As receitas educacionais para o progresso se desenvolveram a passos largos (Cunha, 2000).

São inúmeras as manifestações sobre a necessidade de se cultivar o artista e sua arte para o trabalho. Na Bahia, o *Diário de Notícias* (1875) publicou uma série de artigos dedicados às classes operárias, em que a arte era exaltada como ‘santa e nobre’, pois, através das ‘mãos santas do artista’, a imprensa e o telégrafo haviam sido criados¹⁵. Depois de referir-se à Alemanha, onde a educação das classes operárias era considerada prioridade do Estado, afirmava-se: “É de grande necessidade que se opere uma reforma radical nas classes artísticas, porquanto a indolência e inaptidão de muitos operários são provenientes da falta de realização de uma idéia - o ensino da ciência” (*Diário de Notícias*, 1875a). Outras passagens significativas explicitam a preocupação das elites em ‘defender’ a educação popular, por compreenderem que “[...] o povo faz o que quer, até quando nada quer fazer. Eis a razão porque o atraso ou o adiantamento de uma nação depende de sua cultura moral. Assim, conclui-se que os nossos males públicos nasceram de nossa nenhuma educação popular” (*Diário de Notícias*, 1875b).

A emergência da questão social colocada com o fim da escravidão e com a mobilização operária transformou-se em debate de interesse público. Apesar de não possuir experiência operária, como ocorria nos países industrializados, a realidade brasileira apontava em direção à desorganização de um sistema centenário, acomodado nas relações escravistas de produção, e à organização de outro, em que explodiam as massas trabalhadoras, em liberdade. Esta passagem foi temida pelas elites, em virtude do descontrole e da desorientação existentes. Referindo-se aos Estados Unidos, o respectivo artigo reproduzia o pensamento americano sobre a educação: “A educação, isto é, as luzes e as virtudes que ela espalha entre todos os

¹⁵ Notem-se as duas denominações atreladas – artistas e operários. São conceitos que se formulam no contexto das mudanças de paradigmas relacionadas às artes manuais ou ofícios manuais.

membros da sociedade, é a condição essencial para conservar a liberdade do povo” (Diário da Bahia, 1881).

E observava:

Outrossim, nos Estados Unidos, multiplicar as escolas é um princípio político e ao mesmo tempo social. E em quase todos os estados da grande república, desde muitos anos, a instrução das crianças é obrigatória, do que resulta muito proveito para a moralidade pública e para a riqueza do país 9 (Diário da Bahia, 1881).

Manuel Querino também comentou sobre as vantagens dos Estados Unidos, especialmente aquelas que beneficiavam os negros saídos da escravidão, pela disseminação da instrução. Ironicamente, dirigiu-se “[...] aos adoradores do progresso dos Estados Unidos da América do Norte [...]” acusando-os de não saberem “[...] imitar as lições proveitosas do engrandecimento desse país” (Querino, 1909b, p. 50). Ressaltou, ainda, o aspecto positivo relacionado ao apoio do poder público na defesa da educação popular.

Ali, o poder público disseminou a instrução de modo que os escravizados entraram vantajosamente na partilha, pois aproveitaram não só as aptidões profissionais dos refugiados, mas também, e ao mesmo tempo, mandaram buscar à Europa artistas de mérito para formação de núcleos do ensino, cujo resultado é o que sabemos da maravilhosa prosperidade artística e industrial, em condições de competência com as nações do velho mundo (Querino, 1909b, p. 50).

Sem levar em consideração os caminhos sociais e políticos violentos adotados pelos Estados Unidos para com a população negra, Querino se apropriou de tais informações e as utilizou no seu discurso para argumentar sobre a importância histórica dos trabalhadores para a formação do Estado brasileiro, o que significava ser imprescindível o investimento na educação pública e popular para garantir avanços materiais e intelectuais para o Brasil e a população trabalhadora, respectivamente. Articulou, dessa forma, a importância que deveria ser dada ao trabalhador local, especialmente aqueles saídos da escravidão e outros necessitados de instrução, ao investimento no seu aperfeiçoamento educacional. Para o intelectual, o Brasil também poderia, nesse sentido, imitar os Estados Unidos e se transformar numa nação poderosa e capaz de garantir as glórias do progresso e da civilização. Para tanto, a inclusão dos trabalhadores nesta ‘partilha’ seria resultado do talento e empenho para produzir a riqueza necessária para o país e garantir seu acesso ao ‘banquete da civilização’, ou seja, à partilha e emancipação social, tornando o trabalho o verdadeiro centro da civilização e do progresso.

A antiga aversão a todo tipo de ensino prático (profissionalizante) transformava-se em entusiasmo presente no discurso das elites e apropriado pelas classes populares como oportunidade de realização da verdadeira emancipação social e política. Para os trabalhadores, foi um avanço das suas aspirações desde os finais do século XIX por ressentirem-se da falta de escolarização. Esse seria um dos mecanismos que lhes possibilitariam assegurar os direitos de cidadãos, como, por exemplo, participar da política, com o direito de votar e integrar o quadro de parlamentares, cujas possibilidades foram delineadas com a implantação da República¹⁴.

Não obstante as residuais experiências de escolarização das classes trabalhadoras e a presença de discursos em favor da educação popular, as esperanças se transformaram em decepção e amargura no novo regime, conforme a percepção de Querino:

No tempo do império a cenralização e o poder pessoal acarretavam com a responsabilidade do atraso do país, apesar de existirem sinais bem acentuados de progresso relativo, em todos os ramos do saber. Pois bem: veio a república e desfraldou aos quatro ventos a bandeira da federação. As antigas províncias ficaram estados autônomos com vida própria.

E o que se tem feito? Os sertões barbarizados à falta de respeito mútuo, as leis sem valor, salvo o caso de vingança; a política não instrui, não orienta, e, por completo perdeu o seu fim objetivo.

E o povo, como o Laoconte da fábula concentra suas forças para livrar-se dos anéis vigorosos da serpente que o enlaça. Com a instrução primária gasta-se algum dinheiro, mas o resultado é quase negativo; a secundária vai rolando conforme o tempo permite; a superior, entatuada, desprovida de certa orientação; a técnica, porém, tende a desaparecer (Querino, 1913, p. 47-48).

Era necessário transformar a cultura do trabalho, ainda arraigada aos princípios escravistas. O trabalhador, representado por negros e mestiços, de origem africana e escrava, compunha o perfil dos socialmente excluídos, continuava sem acesso à educação, aos espaços políticos de decisão e sofria toda sorte de discriminação pela sua condição de cor e de classe.

Em finais do século XIX e princípios do XX, a divisão social do trabalho acentuou-se e o ensino afirmou-se como canal de distribuição hierárquica. A aristocracia, ingressando

¹⁴ Na Primeira República (1889-1930), os pleitos eleitorais se tornaram o centro da vida política. O decreto nº 6, de 19 de novembro de 1889, inaugurou as reformas eleitorais com a eliminação do voto censitário, por considerar “[...] eleitores para as câmaras gerais, provinciais e municipais todos os cidadãos brasileiros no gozo de seus direitos civis e políticos”. No entanto, manteve o denominado ‘censo literário’, o qual excluía os analfabetos do direito de voto, o que foi mantido na Constituição da República, em 24 de fevereiro de 1891.

no ensino secundário humanista, propedêutico, preparatório para os cursos superiores que formavam profissionais liberais (advogados, médicos e engenheiros), continuava a dirigir os rumos da sociedade, assegurando-lhe *status* de letrado e intelectual. As classes populares, por sua vez, distante das instituições educacionais, permaneciam alimentando o projeto de acesso à escola.

Sobre o ensino na Bahia, observou-se, nos anos iniciais da República, o aprofundamento da crise. O desânimo e a falta de apoio à instrução tornaram-se mais agudos. O analfabetismo se configurou em tendência crescente. Segundo a análise sobre o analfabetismo no Brasil, a partir dos Censos de 1872 e 1890, Ferraro e Kreidlow (2004, p. 182) concluem que

Nesse ano (1872), a taxa de analfabetismo para o conjunto do País é de 82,3% para as pessoas de 5 anos ou mais [...], situação esta que se mantém inalterada pelo menos até o segundo Censo, realizado em 1890 (82,6%), já no início da República. Tais taxas valeram ao Brasil, na época, a pecha de campeão mundial do analfabetismo.

As classes trabalhadoras confiaram no novo regime ao acreditarem que este seria capaz de retirar ‘a legião de obreiros’ do seu habitual ostracismo, oferecendo-lhe nobreza, glória e imortalidade (Primeiro relatório do Lyceu de Artes e Offícios da Bahia, 1873). Contudo, as contradições criadas pelo novo regime se aprofundaram e os trabalhadores continuaram a reivindicar trabalho, garantias, dignidade, cidadania.

ESCOLA: UM BANQUETE PARA POUCOS

No contexto dos debates sociopolíticos relativos às classes trabalhadoras, Manuel Querino produziu a sua obra entre os anos de 1908 e 1922, desenvolvendo uma vasta análise sobre a conjuntura de arrumação das novas forças sociais em torno do regime republicano que se inaugurava. Expectador e participante das mudanças políticas, sociais e culturais observadas no período, interpretou os caminhos e descaminhos experimentados pela população trabalhadora.

Querino deixou registrada a sua insatisfação com os rumos adotados pela República da ‘civilização’, da ‘ordem’ e do ‘progresso’ naquilo que interessava ao desenvolvimento produtivo e escolar das classes artísticas e operárias. Criticou a falta de incremento às artes por parte dos poderes públicos, o que considerou ‘falta de patriotismo’. A sua preocupação em democratizar o acesso ao ensino teria sido um dos fatores que o motivou a acreditar no novo regime, uma vez que a educação representava a principal chave de entrada do país ao mundo da civilização e do progresso e, portanto, de inclusão da população trabalhadora no ‘banquete da civilização’.

O quadro que se desenhou não atendeu às suas expectativas e, portanto, passou a desenvolver críticas em torno do novo regime. Uma dessas críticas, insistentemente repetida, se deu em torno ao estímulo aos produtos importados em detrimento da produção nacional e

do trabalhador local. Visando argumentar em favor dos trabalhadores locais, registrou em sua obra a trajetória produtiva de diversos artistas e operários que contribuíram para o engrandecimento das artes e ofícios na Bahia. A sua intenção era valorizar a produção local e demonstrar a capacidade e qualidade de muitos trabalhadores que não deixavam nada a dever das produções estrangeiras.

Nesse sentido, discutiu-se a necessidade de oferecer oportunidades educacionais ao trabalhador nacional. Para tanto, reivindicava apoio financeiro a escolas dedicadas ao ensino das artes e dos ofícios para as classes populares, como o Liceu de Artes e Ofícios e a Escola de Belas Artes, bem como incentivo ao acesso de crianças pobres à escola.¹⁵ O governo deveria ser o responsável pela sua disseminação, especialmente para as classes populares, uma vez que poderia proporcionar a ascensão social, intelectual e profissional, por entender ser direito de todos.

No entanto, foi quando se proliferaram o analfabetismo e a restrição de acesso das classes populares às escolas, por não poderem pagar mensalidades de 30\$000 (trinta mil réis) ou 240\$000 (duzentos e quarenta mil réis) pelo ano, em aulas particulares. Nelas, estava aberta a admissão de qualquer pessoa, desde que pudesse pagar¹⁶. Assim estava comprovado o monopólio do ensino e Querino questionou: “Ora, a classe pobre não podendo despender essa quantia, fica impossibilitada de receber o pão do espírito, donde se conclui que o poder público, favorecendo o monopólio, mostra-se evidentemente contrário ao desenvolvimento da instrução” (Querino, 1913, p. 35). Por ser um mau sinal para as classes populares, denunciou, mais uma vez, a República.

É o asfixiamento das classes menos favorecidas da fortuna, pelo preconceito em antagonismo com o regime republicano. Sob qualquer pretexto fecha-se uma escola pública. A falta de frequência pode ser oriunda da péssima colocação da escola, fora do centro mais populoso ou por desídia do professor. Pois bem: não se procura remover a dificuldade; fecha-se a escola, o mestre fica em disponibilidade, ganhando para não trabalhar.

As crianças, porém, perdem porque são abandonadas à prática do vício ou ao exercício de vendedores ambulantes de ‘queimados’ e bilhetes de loterias (Querino, 1913, p. 35, grifo do autor)¹⁷.

¹⁵ Todos os escritos de Manuel Querino discutem direta ou indiretamente sobre o desenvolvimento e a importância das artes, liberais e manuais, para o progresso do país, segundo o princípio da nacionalização da produção e defesa do trabalhador nacional. No período, houve um movimento contra a imigração chinesa, o que significava a defesa pelo trabalhador nacional, ao ser fundada a Sociedade Bahiana contra a Imigração Chinesa pelo antigo abolicionista e republicano Eduardo Carigé, contando com o apoio de diversos cidadãos de todas as classes e pessoas ligadas às antigas organizações imperiais como os Clubes Abolicionistas Luiz Gama e Carigé de Cachoeira, da Sociedade Libertadora Bahiana, cujo objetivo era o de “[...] combater, por todos os meios a introdução de chineses neste Estado, proposta que foi aprovada” (O Pequeno Jornal, 1891).

¹⁶ Para Azevedo (1963, p. 349), “O Império foi a época do esplendor dos colégios particulares no Brasil”. Sobre história da educação na Bahia ver os trabalhos de Dick (2001); Nunes (2003); Conceição (2007); Salvador (2017).

¹⁷ Sobre escolas populares na Bahia, ver Paciência (2019).

O Estado republicano não incluía em seu orçamento qualquer subvenção a institutos de artes, companhias líricas ou dramáticas. Professores se retiravam do Estado e até do país, abandonando o ensino. Os arsenais haviam sido fechados e, por conseguinte, menores aprendizes, os futuros operários, eram abandonados ‘à prática do vício’, segundo Querino. Diante de tal situação, considerou-se tal medida como ‘sórdida conveniência especuladora’, que resultou na transferência dos trabalhos do exército e da armada para uma firma carioca ‘Lage & Companhia’, para que os explorasse, conforme ‘a ganância da época’. Para Querino, estes trabalhos deveriam ser distribuídos pelos muitos operários existentes na Bahia que os realizavam por preços módicos. E assim concluía:

É por esse processo que a perversidade se ostenta e zomba dos infelizes heróis do trabalho, entregando ao abandono verdadeiras vocações artísticas. Sem o favor oficial ou sem o poderoso auxílio da munificência particular, será difícil, senão impossível, ao artista obscuro honrar a pátria. O genial Carlos Gomes não iria além de um hábil compositor e aplaudido instrumentista, sem a proteção que lhe dispensara o Sr. D. Pedro II (Querino, 1913, p. 29).

Referindo-se ao grande esforço despendido pelos africanos no processo de construção da nacionalidade brasileira, especialmente aquele referente ao trabalho sob o jugo da escravidão, Querino ressaltou ter sido aquela circunstância que impedira a revelação de talentos nas mais diversas profissões. Indignado com o ‘modo desdenhoso e injusto’ como foram tratados os africanos, procurando-se ‘deprimir o africano, acoimando-o constantemente de boçal e rude’, justificou esta situação pela tirania em que eram tratados sem nenhuma retribuição. Diante de toda a luta do africano pela conquista da liberdade e de tudo o que havia realizado em benefício do país, concluiu em outro livro *A raça africana e os seus costumes na Bahia*:

[...] somente a falta de instrução destruiu o valor do africano. Apesar disso, a observação há demonstrado que ‘entre nós’, os descendentes da raça negra têm ocupado posições de alto relevo, em todos os ramos do saber humano, reafirmando a sua honorabilidade individual na observância das mais acrisoladas virtudes (Querino, 1988a, p. 23, grifo nosso)¹⁸.

A partir da análise comparativa, Querino revelou que apenas a ‘falta de instrução’ inviabilizou a plena comprovação do valor do africano, tal como ocorria

¹⁸ Em 1916, Querino publicou *A raça africana e os seus costumes na Bahia*, onde ressaltou, a partir da trajetória do escravo no Brasil, o valor do africano na formação da sociedade brasileira através de seu trabalho e dos costumes trazidos da África. *Raça africana* teve a sua 2ª edição publicada em 1917 e, em 1938 foi inserida na coletânea *Costumes africanos no Brasil*, organizada e prefaciada por Artur Ramos. Novamente foi publicada em 3ª edição em 1955 e por fim, em 2ª edição de *Costumes africanos* em 1988, organizada, prefaciada e com notas de Raul Lody e apresentação de Thales de Azevedo, por ocasião das comemorações dos 100 anos da abolição. Estou utilizando a referência publicada em 1988.

com os naturais da ilha de Cabo Verde, explicitado pelo padre Vieira: “Há aqui clérigos e cônegos tão negros como o azeviche, mas tão compostos, tão autorizados, tão doutos, tão grandes músicos, tão discretos e bem morigerados que fazem invejas aos que lá vemos nas nossas catedrais” (Querino, 1988, p. 23)¹⁹.

O Brasil havia-se constituído pelo ‘convívio e colaboração das raças’, o que, para Querino, resultara na composição de uma população mestiça, de todos os matizes. Exaltou, desta forma, o papel dos mestiços, descendentes do cruzamento do europeu com o africano, que resultara na “[...] plêiade ilustre de homens de talento que, no geral, representaram o que há de mais seletivo nas afirmações do saber, verdadeiras glórias da nação [...]”, conforme explicitou na sua publicação de 1918, *O colono preto como fator de civilização brasileira* (Querino, 1988b, p. 123)²⁰.

Concluiu a sua reflexão destacando as duas principais grandezas do Brasil – “[...] a uberdade do solo e o talento do mestiço”. Passou a citar diversas personalidades que se destacaram no cenário intelectual, político e artístico brasileiro, como o visconde de Jequitinhonha, Caetano Lopes de Moura, a família Rebouças, Gonçalves Dias, Machado de Assis, Cruz e Souza, José do Patrocínio, entre outras (Querino, 1988b, p. 123). A fim de registrar a importância de tantas pessoas, negras e mestiças, que contribuíram para o enriquecimento da cultura brasileira, Manuel Querino dedicou verbetes biográficos a algumas delas no livro *Artistas bahianos: indicações biográficas* ao reunir 216 registros de escultores, pintores, músicos, entalhadores, marmoristas, agrimensores e arquitetos²¹.

Referindo-se à decadência das artes e à situação de agonia das classes artísticas e operárias, Querino manifestou a sua inquietação:

Talento e aplicação não nos faltam, sobra-nos, porém, o indiferentismo calculado, unido ao desprezo dos poderes públicos pela mais bela manifestação do espírito humano. Como, porém, não está tudo completamente perdido, é bem possível que apareça um homem a quem esteja reservado, no futuro, cobrir-se com os lauréis da benemerência, fazendo renascer as glórias perdidas na Bahia (Querino, 1909b, p. 49).

¹⁹ Aqui, Querino reivindica a legítima compensação que os poderes públicos deviam à população afro-brasileira, cujas políticas públicas de inclusão social, política, escolar se concretizaram mais de 130 anos após a abolição da escravidão no Brasil. Considerada pioneira no Brasil e implantada pela primeira reitora negra, Ivete Sacramento, a dirigir uma universidade no país, desde 2002 a Universidade do Estado da Bahia implementou a política de inclusão no ensino universitário pelo sistema de cotas reservada a negros, nos cursos de graduação e pós-graduação.

²⁰ Em 1918 Querino publicou *O colono preto como fator de civilização brasileira*, onde discorreu sobre a importância do negro africano para a civilização brasileira, referindo-se à prática da colonização portuguesa pelo colono branco e pela escravidão indígena e africana. Na sua 2ª edição levou o título de *O africano como colonizador* (1954). Em 1938 e 1988, foi incorporado na coletânea *Costumes africanos no Brasil*.

²¹ O livro *Artistas bahianos* foi publicado em 1909 e com segunda edição ampliada em 1911.

Comparando a Bahia, a ‘ex-Atenas Brasileira’, a outros países, e até às possessões inglesas da África, como Lagos e Serra Leoa, apontou ser de interesse dos governantes daqueles lugares a criação de institutos educacionais onde o ‘filho do povo’ se preparava “[...] para qualquer função liberal, mecânica, industrial ou cargos públicos” (Querino, 1909b, p. 49). Na Bahia, observava-se o contrário: “É grande o número de crianças, de ambos os sexos, que vagam nas ruas, condenadas, em futuro próximo ou remoto, à degeneração do caráter e à libertinagem” (Querino, 1909b, p. 49).

Mas os poderes públicos se mostravam avessos à valorização do povo, dos trabalhadores, artistas e operários ‘deserdados’ pela própria pátria e suas opiniões e preocupações continuavam reduzidas ao desprezo, o que alimentava sua indignação:

A Escola de Belas Artes, que já contou seus dias de esplendor, com bonitas exposições, e, que ainda lhe resta a glória de ter dado o pequeno número de artistas liberais que fazem as honras da atualidade, sem rendimento outro a não ser a subvenção, retirada esta, desaparecerá fatalmente. O Liceu de Artes e Ofícios, caprichosamente, dá ainda sinais de vida, mantendo suas aulas com a deficiência de meios conhecida. Aos arsenais de marinha e de guerra, cujas tradições gloriosas não sofrem contestação, notadamente por ocasião da guerra do Paraguai, o nosso ‘paternal’ governo federal houve por bem levar o seu ‘patriotismo’ ao ponto de fechá-los, deixando centenas de famílias desamparadas, na miséria, atirando nas ruas os deserdados filhos do povo, que viam naqueles núcleos de aprendizagem o seu futuro garantido pela aplicação às artes mecânicas, - forte elemento das grandes nações (Querino, 1913, p. 48, grifo do autor).

Diante das injustiças que assistia com as medidas do governo Affonso Penna, referindo-se à regulamentação de lei sobre o povoamento em núcleos de imigração, que favorecia os estrangeiros em detrimento dos nacionais, Querino atacou, mais uma vez, a República, na figura do então presidente, e posicionou-se:

Enquanto se fecha o templo da instrução aos naturais do país, se esbanja nababescamente a fortuna pública com a imigração, sem resultado. Bem razão assistia ao Barão de Cotegipe, quando em discussão no parlamento disse ao sr. Taunay: ‘senhor senador, isto de estrangeirismo é patacuada; eu quero o Brasil para os brasileiros’.

Depois disto, em verdadeiro período de loucura, ‘sou’ levado a admitir que mais honroso é ser súdito do S. M. Eduardo VII, em Lagos ou Serra Leoa, do que simples concidadão do conselheiro Affonso Penna, no Brasil.

É o ‘meu’ sentir pessoal e isto ‘escrevo’ (Querino, 1913, p. 38, grifo nosso).

Em uma das sessões do 4º Congresso Operário Brasileiro, realizado no Rio de Janeiro, em novembro de 1912, Ismael Ribeiro, representante do operariado e do Liceu de Artes e Ofícios da Bahia, defendeu, entre tantos direitos da classe operária, limitação da hora de trabalho, fixação de um mínimo de salário e maior apoio à escolarização popular. Através do incentivo às escolas primárias de letras, artes e ofícios, escolas técnicas e profissionais, podia-se retirar das ‘trevas medonhas da ignorância’ e incluir o operário no banquete da civilização (Ribeiro, 1930).

Precisamos de escola, porque ela é a força motora do progresso, é a base da regeneração de um povo; o livro impulsiona as aspirações que todo homem deve ter para ser digno de existir, considerando também a sua missão, elevando a sua posição à mais nobre de todas as posições (Ribeiro, 1930, p. 200).

A esperança pela verdadeira emancipação do povo e a falta de compromisso público para com o destino da classe trabalhadora impulsionaram Querino a expressar indignação e crença por um Brasil democrático, igualitário, que respeitasse todos os talentos, independente da situação de classe e raça.

Excluído do convívio social, assim se conservará até ao momento em que os benefícios salutarres de cuidadosa instrução, possam, de vez, esmagar por completo, o bloco da ignorância existente, colocando cada um, por seu merecimento, no lugar que tiver direito, na terra da liberdade, ataviada de primores e esclarecida por um céu estrelado e magnífico (Querino, 1913, p. 51).

Como professor de desenho industrial, Querino comentou, não somente a decadência do ensino e os prejuízos para o povo, mas tratou do preconceito relativo ao professorado. No passado imperial, segundo o autor, os professores que lecionavam desenho, música e mecânica aplicada eram classificados na mesma categoria que os demais, recebendo os mesmos vencimentos, regalias e obrigações, participando da congregação e deliberando sobre os assuntos do ensino. Na República, as coisas haviam mudado para pior.

Com os novos moldes, com as competências improvisadas da atualidade, cujo mérito se confina no egoísmo e na subserviência abominável, alimentaram preconceito de classe e de raças, donde provém a aristocratização do ensino pela divisão de lentes e professores, resultando daí a posição inferior em que ficam colocados os que ministram o ensino de desenho e da música.

Estes não tomam parte nas congregações, vencem metade do ordenado dos outros como se fossem porteiros de repartição. Essa mal entendida distinção entre indivíduos que assumem as mesmas responsabilidades, tende a destruir a emulação, objeto indispensável à instrução pública (Querino, 1913, p. 39).

Tratava-se de uma denúncia, por ser ele mesmo um dos prejudicados. Querino sentia-se humilhado e injustiçado, pois o preconceito era evidente ao associar o ramo do ensino à origem social e racial. Com a linguagem do artista da construção civil, referiu-se ao regulamento de 03 de outubro de 1904²², decorrente da lei de reforma do ensino, que teria dado

[...] a última ‘demão’ no assunto, deixando mais de vinte professores em disponibilidade, vencendo ordenado e obrigados a não trabalharem, com prejuízo da aprendizagem da mocidade, contando-se entre estes verdadeiras dedicações para o magistério (Querino, 1913, p. 40, grifo nosso).

Criticou a falta de competência atribuída aos legisladores que votavam, arbitrariamente, questões relativas à educação, demonstrando total despreparo sobre o assunto. Observando serem mais úteis “[...] vinte indivíduos preparados em desenho ou música do que dois em grego [...]”, Querino avaliou ser mais correto se investir no ensino das artes por considerar injusto que, numa mesma instituição, um professor ficasse “[...] privado de sua prerrogativa que arbitrariamente lhe [fora] retirada, pelo fato da lei distinguir entre o lente de latim e o professor de música”. Diante de tal descompasso, demonstrou sua indignação: “Procedendo desse modo os nossos legisladores mostram desconhecer que, desde a mais alta antiguidade até hoje, nos países cultos, a importância e o valor das belas-artes continuam inteiriços, constituindo parte integrante da educação” (Querino, 1913, p. 40).

Dedicou-se ao ensino de desenho industrial e geométrico e, portanto, esteve atento aos destinos da disciplina, considerada nos países adiantados ensino obrigatório. O ensino de desenho geométrico era “[...] condição principal de todo o progresso, nos diversos ramos da indústria artística, pelas vantagens que decorrem das aplicações infinitas e preciosas, no desenvolvimento das artes mecânicas” (Querino, 1913, p. 51). Querino buscou a origem da recomendação ao estudo do desenho, encontrando-a em Rousseau, pois teria sido quem primeiramente compreendeu ser o ensino do desenho “[...] um meio capaz de produzir operários hábeis e artistas de mérito” (Querino, 1913, p. 52).

²² Bahia, lei nº 579, de 03 de outubro de 1904. Altera a lei nº 117, de 24 de agosto de 1895 que organiza o ensino público do Estado. O destaque é o fato de que o conteúdo da geometria foi retirado dos programas oficiais para a escola primária. Ver: D’Esquivel, Sant’ana e Santana (2014).

Sobre o ensino do desenho no Brasil e em especial na Bahia, Querino assim se referiu:

No entanto, entre nós, onde se enchem as bochechas e proclamam sermos um país civilizado, o desenho ainda não conseguiu as honras do lugar a que tem incontestável direito.

Das disciplinas do ensino primário é a mais descuidada; entrou no programa e ficou escrito no papel. Sua aplicação é negativa.

Ainda não perceberam que a prevenção contra o estudo da geometria é devida a não familiaridade com o desenho, cujos exercícios agradáveis proporcionam os meios de fácil compreensão (Querino, 1913, p. 52).

A importância e a facilidade de se aprender tal disciplina foram demonstradas por Querino, tendo em vista a utilidade de sua aplicação nos mais variados ofícios:

Duas disciplinas, principalmente, nenhum indivíduo, por modesta que seja sua posição social, pode deixar de saber: aritmética e desenho geométrico.

Tudo é fixado na imaginação por meio de um cálculo; tudo obedece ao traço de um desenho.

Na educação da mulher tem aplicação o desenho, em todos os trabalhos: corte de vestidos, bordados de qualquer espécie, enfeites de toda a natureza, onde a quadrícula é objeto indispensável (Querino, 1913, p. 52).

Querino concordava com a análise de Rui Barbosa sobre a função do ensino de desenho na educação primária, ao considerá-la “disciplina ‘inseparável da escola popular’” (Cunha, 2000, p. 171-172, grifo do autor)²³, por ser benéfica para a formação profissional, o desenvolvimento da indústria e para a qualificação da classe operária. Enquanto arte, auxiliava para o “[...] nivelamento das classes sociais [...]”, “[...] não deprimindo as superioridades reais, mas destruindo as inferioridades artificiais” (Cunha, 2000, p. 173). Dessa forma, Querino entendia ser uma necessidade indispensável a cada um externar sentimentos,

[...] por meio de cálculos, linhas ou representações, movimentos ou ações, pelos sons que articulamos, pela forma que sabemos dar às matérias flexíveis, pelas disposições engenhosas e significativas, que empregamos para distinguir as construções de toda espécie, que exigem os nossos usos e costumes, e finalmente a imaginação e a destreza encontram os meios de aplicar e fixar cores sobre diferentes superfícies planas, com o fim de imitar e exprimir (Querino, 1913, p. 53-54).

²³ Cunha se refere ao projeto do ensino primário de 1882 de Rui Barbosa (1942-1946).

A sua dedicação em favor das artes e da educação artística e popular, em defesa pela democratização do ensino, caminhava na contramão dos acontecimentos. A democratização do ensino era uma utopia, pois constatava que crianças, jovens e adultos das camadas populares estavam cada vez mais distantes do universo escolar. Além desse aspecto, Querino expôs sobre a situação do professorado, ao considerar que ia de mal a pior. Professores mal remunerados, com vencimentos atrasados, sem qualquer proteção pública ou privada, estavam à mercê dos políticos que legislavam ou, aliás, arbitravam sobre questões que não entendiam e nem estavam comprometidos. Foi um processo que culminou, no contexto da primeira guerra mundial, na explosão de uma greve do professorado municipal.

Durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e o período de pós-guerra, a Bahia experimentou dificuldades econômicas, que refletiram no conjunto da sociedade e, especificamente, na vida dos trabalhadores. Manifestações contra a carestia, presentes desde 1911, se alastraram “[...] durante todo o período, atingindo o ponto alto em 1917 com saques e depredações de casas comerciais” (Fontes, 1982, p. 60). Naquele contexto, ações grevistas por aumento salarial e pagamento de salários atrasados foram as mais comuns. Em 1918, explodiu uma greve dos professores municipais que reivindicavam o pagamento de dois anos de salários atrasados (A Tarde, 1918).

O professor Possidônio Dias Coelho, que presidiu a presidência da assembleia que aconteceu nos salões do Liceu de Artes e Ofícios, expôs os motivos pelos quais o professorado tomava a atitude extrema de paralisar suas atividades e reivindicar ‘justiça, equidade e moralidade’. Dizia que seu comprometimento com o presente era uma atitude política, por trabalhar pela educação de todas as pessoas “[...] para prevenir o futuro, preparando verdadeiros cidadãos que, no cumprimento de qualquer missão que lhes haja de ser imposta, compreendam-lhe os deveres e não se exponham à execração pública por carência de qualidades indispensáveis para exercê-la” (A Tarde, 1918, p. 01).

Naquela ocasião, o professorado entendeu que a República não o respeitava. Em consequência da extrema penúria, os professores André Avelino e Leonídio Marques Monteiro haviam morrido de fome, depois de torturados por agiotas. Assim, uma revolta emergiu e os professores reivindicaram legalmente seus direitos e, como resposta dos poderes municipais, foram castigados pelo intendente com a pena de suspensão. Visando desqualificar o movimento, o Jornal *A Noite*, do Rio de Janeiro, publicava os acontecimentos da Bahia sob o título ‘Mas que revoltante bandalheira na Bahia’.

Bandalheira ou não, a ‘nobre causa’ dos professores municipais foi amplamente apoiada, tendo como líder Possidônio Dias Coelho que, considerado um ‘apóstolo do bem’, lutava pela conservação da força da categoria. O professor Vicente Café, conclamando todos os ‘companheiros do infortúnio’, considerava a

causa do professorado como de toda a Bahia. Assim, dizia que a ‘hegemonia da classe’ estava na força com que obstavam “[...] a má vontade dos governantes, asfixiadora do povo, de seus direitos e liberdades, nesta República em que ainda predomina a prepotência do grande sobre o pequeno, sem ar, sem luz, sem pão [...]” (A Tarde, 1918, p. 01).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As instituições de origem imperial tornaram-se alvos de críticas, desmontes e arruinamentos, enquanto empreendimentos republicanos eram lançados como novidades ou avanços dentro da nova ordem política. Dentre os quais estava o ideal, que se transformou em aspiração coletiva e preocupação constante do Estado, de se implantar o ensino técnico-profissionalizante, a fim de romper com o tradicional ensino de ofícios. Dessa forma, a República, de aspirações renovadoras, promoveu alterações no plano educacional, sem, contudo, romper com a estrutura da divisão social do conhecimento. Para as classes populares estavam destinados espaços escolares profissionalizantes, enquanto formadores de trabalhadores manuais e braçais que os mantivessem nos lugares de subalternidade.

Discutia-se, na esfera federal, a necessidade da implantação do ensino técnico-profissional no Brasil, a fim de estimular o desenvolvimento da indústria e oferecer “[...] às classes proletárias os meios de vencer as dificuldades sempre crescentes na luta pela existência” (Decreto nº 7566, 1909)²⁴. Como resultado de vários projetos criados desde 1906, o governo federal passou a fundar, em vários Estados, Escolas de Aprendizes Artífices, num esforço de inaugurar o ensino técnico-profissional com características modernas. Uma destas escolas começou a funcionar em Salvador, a partir de 1910, quando, a 27 de janeiro foi nomeado o primeiro diretor da instituição, o professor Francisco Caymmi, com a incumbência de organizar a instalação da nova escola.

Novo capítulo da história da educação e do trabalho foi iniciado com velhos discursos, articulados a novos conceitos, novas estratégias e metodologias, e apoiados nos tradicionais princípios ideológicos. As classes populares, por sua vez, continuavam a clamar por educação, trabalho, liberdade, direitos, por cidadania.

²⁴ Em 1910, foram criadas Escolas de Aprendizes Artífices no Piauí, Mato Grosso, Rio Grande do Norte, Paraíba, Maranhão, Paraná, Alagoas, Estado do Rio, Pernambuco, Espírito Santo, São Paulo, Sergipe, Ceará, Bahia, Pará, Santa Catarina, Minas Gerais e Amazonas. A Escola de Aprendizes Artífices da Bahia foi inaugurada em 02 de junho de 1910. Em 1937 passou a ser denominada Liceu Industrial de Salvador e, cinco anos mais tarde, Escola Técnica de Salvador. Com a reforma do ensino industrial em 1959, passou a Escola Técnica Federal da Bahia (ETFBA), depois, em 1993, Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia (CEFET-BA), transformado em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA) a partir de 29 de dezembro de 2008.

Nesse ambiente de revelação das velhas práticas travestidas de novos modelos educacionais, Manuel Querino avaliou e concluiu que o povo, além de humilhado socialmente, era humilhado e discriminado culturalmente, especialmente por se tratar da sua origem de ‘raça’.

O artista, intelectual e educador Querino havia alertado. Suas convicções foram fixadas em sua obra e as questões que levantou permanecem atuais. A educação popular seria aquela que respaldaria a atuação de artistas, trabalhadores, operários para o reconhecimento dos talentos e das capacidades de todos, visando o acesso à sonhada emancipação política e social, associada aos projetos para o progresso do país. Sua crença nesse princípio se transformou em decepção e os rumos adotados pelo Estado republicano foram determinantes para a exclusão social e escolar da população trabalhadora, negra e mestiça.

Debates seculares em torno do tema da educação no Brasil não foram resolvidos e a população trabalhadora, em especial de matriz africana, permanece na luta pela democratização da escolarização de qualidade e consequente democratização das oportunidades de inclusão, sem discriminações nem preconceitos. Manuel Querino, há 100 anos, denunciou, e o tema permanece aberto e carente de soluções político-institucionais em que o desmonte das conquistas pela educação pública e inclusiva tem se tornado realidade presente nas políticas privatistas implementadas passo a passo.

REFERÊNCIAS

- Azevedo, F. (1963). *A cultura brasileira: introdução ao estudo da cultura no Brasil* (4a ed.). Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília.
- Barros, S. A. P. (2005). Discutindo a escolarização da população negra em São Paulo entre o final do século XIX e o início do século XX. In J. Romão (Org.), *História da educação do negro e outras histórias* (p. 79-92). Brasília, DF: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade.
- Burke, P. (1992). *A revolução francesa da historiografia: a escola dos annales (1929-1989)* (2a ed.). São Paulo, SP: Editora Unesp.
- Carvalho, J. M. (2006). História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. *Topoi*, (1), 123-152.
- Conceição, M. M. L. (2007). “O aprendizado da liberdade”: educação de escravos, libertos e ingênuos na Bahia oitocentista (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal da Bahia, Salvador.

- Corona, E., & Lemos, C. A. C. (1972). *Dicionário de arquitetura brasileira*. São Paulo, SP: Livraria Editora.
- Cunha, L. A. (2000). *O ensino de ofícios artesanais e manufactureiros no Brasil escravista*. São Paulo, SP: Editora UNESP.
- D'esquivel, M. O., Sant'ana, C., & Santana, I. P. (2014). O ensino de desenho e geometria na escola primária da Bahia (1895-1927). In *Anais do 11º Seminário Temático A Constituição dos Saberes Elementares Matemáticos: A Aritmética, a Geometria e o Desenho no curso primário em perspectiva histórico-comparativa, 1890-1970* (p. 2-7). Florianópolis, SC. Recuperado de: http://seminariotematico.ufsc.br/files/2014/03/RA3_desquivel_res_DAC.pdf
- Dick, S. M. (2001). *As políticas públicas para o ensino secundário na Bahia: o Liceu Provincial (1860-1890)* (Tese de Doutorado). Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- Dosse, F. (1994). *A história em migalhas dos annales à nova história*. São Paulo, SP: Editora Ensaio.
- Ferraro, R., & Kreidlow, D. (2004). Analfabetismo no Brasil: configuração e gênese das desigualdades regionais. *Alceu. Educação e Realidade*, 29(2), 179-200. Recuperado de: <http://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/25401>
- Fontes, J. R. (1982). *Manifestações operárias na Bahia: o movimento grevista (1888-1930)* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- Foucault, M. (1979). *Os intelectuais e o poder*. Rio de Janeiro, RJ: Graal.
- Freire, L. A. R. (2010). A história da arte de Manuel Querino. In *Anais do 19º Encontro da Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas* (p. 525-539). Recuperado de: <http://www.repositorio.ufba.br:8080/ri/handle/ri/1291>
- Geertz, C. (1978). *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar.
- Ginzburg, C. (2006). *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo, SP: Companhia das Letras.
- Ginzburg, C. (1989b). *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro, RJ: Difel.
- Ginzburg, C. (1989a). *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo, SP: Companhia das Letras.

- Ginzburg, C. (1987). *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo, SP: Companhia das Letras.
- Gledhill, H. S. (2014). *Travessias racialistas no Atlântico Negro: reflexões sobre Booker T. Washington e Manuel R. Querino* (Tese de Doutorado). Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- Grande enciclopedia portuguesa e brasileira*. (n.d.). Lisboa, PT: Editorial Enciclopédica.
- Guimarães, A. S. A. (2004). Manuel Querino e a formação do “pensamento negro” no Brasil, entre 1890 e 1920. In *Comunicação apresentada no 28º Encontro Nacional da ANPOCS*. Caxambu, MG. Recuperado de:
<http://svn.br.inter.net/5star/blogs/mqpensamentonegro.pdf>
- Hobsbawm, E. J. (1987). *Mundos do trabalho: novos estudos sobre a história operária*. Rio de Janeiro, RJ: Paz e terra.
- Hobsbawm, E. J. (1998). *Sobre história*. São Paulo, SP: Companhia das Letras.
- Hobsbawm, E. J. (2000). *Os trabalhadores: estudos sobre a história do operariado* (2a ed.). São Paulo, SP: Paz e terra.
- Kulesza, W. A. (2000). História da educação popular no Brasil: uma interpretação. In *Anais do 1º Congresso de História da Educação: Educação no Brasil: História e Historiografia*. Recuperado de:
http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe1/anais/166_wojciech.pdf
- Leal, M. G. A. (1996). *A Arte de ter um ofício: Liceu de Artes e Ofícios da Bahia (1872-1996)*. Salvador, BA: Fundação Odebrecht.
- Leal, M. G. A. (2009). *Manuel Querino entre letras e lutas – Bahia (1851-1923)*. São Paulo, SP: Annablume.
- Le Goff, J. (1986). *História e nova história*. Lisboa, PT: Teorema.
- Matta, A. E. R. (1999). *Casa Pia Colégio dos Órfãos de São Joaquim: de recolhido a assalariado*. Salvador, BA: Secretaria da Cultura e Turismo.
- Menezes, J. M. F. (2002). Educação e cor-de-pele na Bahia - o acesso à educação de negros e mestiços. In *Anais do 2º Congresso Brasileiro de História da Educação. História e memória da educação brasileira*. Recuperado de:
<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema6/0601.pdf>

- Nunes, A. A. (1999). A formação oficial de professores na Bahia imperial. *Revista da FAGED*, (2), 21-139.
- Nunes, A. A. (2003). *Política educacional no início da república na Bahia: duas versões do projeto liberal* (Tese de Doutorado). Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- Nunes, E. (2007). Manuel Raymundo Querino: o primeiro historiador da arte baiana. *Revista Ohun*, 3(3), 237-261. Recuperado de: http://www.revistaohun.ufba.br/pdf/eliane_nunes.pdf
- Paciência, R. M. (2019). *O Abrigo dos Filhos do Povo: entre os labirintos do arquivo e da sala de aula* (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ensino de História (PROFHISTORIA) da Universidade do Estado da Bahia, Salvador.
- Pereira, G. A. (1932). *Prof. Manuel Querino sua vida e suas obras*. Bahia: Imprensa Oficial do Estado.
- Pereira, P. M. (2016). *Manuel Querino: percursos de um historiador negro e a historiografia de seu tempo – Bahia (séculos XIX-XX)* (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-graduação em História Regional e Local da Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus.
- Pinsky, C. B. (2005). *Fontes históricas*. São Paulo, SP: Contexto.
- Pinsky, C. B., & Luca, T. R. (2009). *O historiador e suas fontes*. São Paulo, SP: Contexto.
- Rocha, S. P., & Flores, É. C. (2015). Trajetórias comparadas de homens negros de letras no Brasil: ensino de história, biografias e sociabilidades. In A. S. Oliveira, M. A. Silva & J. L. Q. Aires (Org.), *Confluências do Axé: refletindo os desafios e possibilidade de uma educação para as questões étnico-raciais* (Vol. 1, p. 1-24). João Pessoa, PA: Editora CCTA.
- Salvador, A. S. (2017). *Educação, política e sociedade na Bahia do séc. XIX: o Liceu Provincial da Bahia entre 1836 e 1870* (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade da Universidade do Estado da Bahia, Salvador.
- Santos, J. A. (2011). *Prisioneiros da história: trajetórias intelectuais na imprensa negra meridional* (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

- Schueler, A. F. M. (2013). “Fazer artes e viver de ofício”: trabalho, liberdade e educação no pensamento de Manuel Querino (1851-1923). In *Anais do 27º Simpósio Nacional de História. Conhecimento Histórico e Diálogo Social* (p.1-12). Natal, RN.
- Silva, M. C. B. C. (1998). *O Montepio dos Artistas: elo dos trabalhadores em Salvador*. Salvador, BA: Secretaria da Cultura.
- Silva, R. F. (2010). *Trajetórias de dois intelectuais negros brasileiros: Abdias Nascimento e Milton Santos* (Tese de Doutorado). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- Thompson, E. P. (1981). *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar Editores.
- Thompson, E. P. (1987). *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra.

FONTES

- Arquivo Público do Estado da Bahia [APEB]. (1872). *Colonial e Provincial, Instrução Pública, correspondência de 26/jan/1872 do Inspetor Geral das Aulas*.
- Barbosa, R. (1942-1946). *Obras completas de Rui Barbosa* (Vol. 9-10). Rio de Janeiro, RJ: Ministério da Educação e Saúde.
- Decreto nº 7566, de 23 de setembro de 1909*. C êa nas capitaes dos Estados da Republica Escolas de Aprendizes Artifices, para o ensino profissional primario e gratuito. Diário Oficial, 26 set. 1909. p. 6975.
- Diário da Bahia. (1881, 19 de outubro).
- Diário de Notícias. (1875a, 20 de março).
- Diário de Notícias. (1875b, 29 de março).
- O Pequeno Jornal. (1891, 05 de setembro).
- Primeiro relatório do Lyceu de Artes e Officios da Bahia. (1873, 26 de outubro).

- Querino, M. (1946). *Bahia de outrora - vultos e fatos populares* (3a ed., Coleção de Estudos Brasileiros, série 1^a - Autores Nacionais). Salvador, BA: Livraria Progresso. Prefácio e notas de Frederico Edelweiss.
- Querino, M. (1909a). Artistas bahianos – indicações biográficas. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, (31), 93-115.
- Querino, M. (1909b). *As artes na Bahia (escorço de uma contribuição histórica)*. Salvador, BA: Typ. E Encadernação do Lyceu de Artes e Offícios.
- Querino, M. (1913). *As artes na Bahia (escorço de uma contribuição histórica)*. 2. ed. Salvador-Ba: Oficinas do Diário da Bahia.
- Querino, M. (1988a). *Costumes Africanos no Brasil (A raça africana e seus costumes na Bahia, 2a ed.)* Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco.
- Querino, M. (1988b). *Costumes Africanos no Brasil (O colono preto como fator da civilização Brasileira, 2a ed.)*. Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco.
- Ribeiro, I. (1930). *A voz do operário falando a verdade*. Salvador, BA: [s.n.], n.d.
- A Tarde. (1918, 18 de fevereiro). p. 01.

MARIA DAS GRAÇAS DE ANDRADE LEAL é doutora em História Social (PUC-São Paulo), com pós-doutoramento em História na Universidade do Porto (FLUP/CITCEM) e Mestre em História (UFBA). Professora Titular - pleno da Universidade do Estado da Bahia-UNEB - Campus V na licenciatura em História e docente permanente do Mestrado em História Regional e Local (Campus V) e Mestrado Profissional em Ensino de História (Campus I)). Desenvolve estudos sobre trajetórias de populações afro-brasileiras, com ênfase em história política, social, institucional, cultural e educacional das classes trabalhadoras.

E-mail: gal.leal@yahoo.com.br
<https://orcid.org/0000-0003-2079-5595>

Recebido em: 14.06.2020

Aprovado em: 30.06.2020

Como citar este artigo:

Leal, M. G. A. Educação e trabalho; raça e classe no pensamento de um intelectual negro: Manuel Querino – Bahia (1870-1920). (2020). *Revista Brasileira de História da Educação*, 20. DOI: <http://dx.doi.org/10.4025/rbhe.v20.2020.e123>

Este artigo é publicado na modalidade Acesso Aberto sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 (CC-BY 4).